

Trigo versus Erva-Mate: O Intercâmbio Argentina-Brasil e a Questão Regional de Misiones (1920-1945)

GRACIELA N. MALGESINI
GABRIELA M. COCONI(*)

Resumo

Desde fins do século XIX, a maior parte do intercâmbio comercial entre Argentina e Brasil foi articulada em base de reciprocidade "trigo *versus* erva-mate", relação esta que se tornou crítica ao entrar em produção os ervais de cultivo argentino durante os anos 20. Este trabalho procura analisar as causas e conseqüências econômicas dessa situação internacional conflitiva, assim como as rivalidades inter-regionais geradas dentro da Argentina (a região ervateira misionera contra a triguil da Pampa Húmeda). Este último aspecto é focalizado a partir de uma reinterpretação da concepção política do Estado argentino — militar e cívico-militar — da década de 1930.

As autoras pertencem à Universidad Nacional de la Plata e são bolsistas do CONICET — Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas.

(*) Agradecemos os valiosos comentários que realizaram A. Canitrot e J. Schvarzer a uma versão preliminar deste trabalho.

Abstract

Since the last years of the XIXth Century the main part of the Argentine-Brazilian commercial exchange rested on a "wheat per yerba mate" formula; this harmonic relation turned critical when Argentina's *yerbales* began to produce during the twenties. Our paper analyses the economic causes and consequences of this conflictive international situation, as well as Argentina's interregional struggles — the yerba producer Misiones region against the wheat producer Pampa Húmeda region — that this process provoked. The latter subject is focused through a new interpretation of Argentine State politics, concerning the military and civil-military governments during the thirties.

Introdução

Por volta de 1850, e por mais de oito décadas, a erva-mate alcançou destacado papel no intercâmbio comercial entre Argentina e Brasil, país que neste século se constituiu no principal comprador ameri-

cano de trigo argentino⁽¹⁾. Grande parte do intercâmbio Argentina-Brasil foi articulada em base de reciprocidade¹ — trigo *versus* erva-mate — sendo que esta relação ver-se-ia ameaçada, no longo prazo, pelo caráter extrativo da exploração da erva-mate brasileira.

A região nordeste da Argentina — com condições ecológicas semelhantes às da zona produtora brasileira — retomou uma tradição jesuítica antiga e começou a plantar erva-mate em grande escala com vistas ao abastecimento do mercado argentino, cujo centro de gravidade situava-se no litoral. Em razão dos custos comparativos decrescentes no tempo, o início da produção em larga escala no território de Misiones e ao norte de Corrientes ameaçava a continuidade da importação de erva. Além disso, do ponto de vista de organização do espaço, a cultura deste produto teve um importante efeito multiplicador que incentivou o surgimento de outras atividades produtivas e de serviços, ocorrência que, por sua vez, exerceu uma atração muito forte tanto sobre imigrantes europeus e de países vizinhos, como também sobre grandes capitalistas de outras regiões (que viriam a investir maciçamente durante o ciclo de máxima rentabilidade)⁽²⁾. Em consequência, a partir da ex-

pansão do “ouro verde” ocorrida com base em relações de produção fundamentalmente capitalistas⁽³⁾ — e do crescimento dos mercados de bens, de capital e de trabalho — derivado da ampliação do “espaço polarizado” na região pampeana —, o nordeste integrou-se ao processo de formação da economia nacional⁽⁴⁾.

Considerados os elementos acima expostos, este trabalho procura analisar (baseado nos custos comparativos e no livre comércio) a crise da relação de equilíbrio moderado entre dois espaços nacionais — Brasil e Argentina — em decorrência de uma rápida mobilização (em parte livre, em parte forçada pelo Estado) dos fatores de produção em direção a uma região periférica argentina (Misiones), que gerou uma produção substitutiva daquele que era o produto fundamental do comércio brasileiro com a Argentina: a erva-mate.

A ameaça de cessação do tradicional intercâmbio entre os dois países desencadeou uma série de conflitos no setor produtor de trigo, o principal bem de exportação da Argentina para o Brasil, assim como na esfera de circulação de mercadorias. Nesta última, em vista de interesses comerciais, os setores exportadores/importadores de trigo, exportadores/importadores

(1) Apesar das flutuações no comércio internacional, desde o início do século XX até vésperas da Segunda Guerra Mundial, o comércio entre a Argentina e o Brasil teve continuidade e aumentou, ainda que lentamente. O intercâmbio total da Argentina com o Brasil representou 3,6% e 6% em 1913 e 1938, respectivamente, e para este último, no seu comércio com a Argentina, nos mesmos anos representou 6% e 8,2%.

(2) A comprovação da presença de empresas importantes de outras regiões, as quais controlavam a maior parte da superfície explorada, destrói a difundida imagem do predomínio da exploração agrícola familiar em Misiones, território cuja integração deu-se de modo muito diferente daquele ocorrido em outras regiões, como por exemplo a região do Chaco. Veja-se BRODERSON & SLUTZKY 1978, p. 219.

(3) O esclarecimento está fundamentado na presença de um setor da força de trabalho não integrado ao livre comércio, retirada e recrutada compulsoriamente. Contudo, este fenômeno tinha pouca importância quantitativa, pois somente ocorria em relação à produção do tipo extrativo e que se tornara insignificante dentro do total.

(4) O conceito de “espaço polarizado” é desenvolvido por PERROUX, 1964, p. 140-155. Refere-se aos centros ou pólos regionais com grande poder de atração e com dinâmica própria, a partir de sua interação funcional com o restante do sistema produtivo. Estes espaços estão em uma posição privilegiada por apresentarem economias de aglomeração, com importantes atividades produtivas para o processo de desenvolvimento. Veja-se também ROFMAN, 1974.

dores de erva-mate e de moagem de trigo e erva, juntamente com os plantadores de erva e produtores de trigo, viriam a participar na luta para obter "soluções justas" do governo argentino dos anos trinta.

Aprofundando-se a análise para níveis mais complexos do conflito, observa-se primeiramente certa rivalidade inter-regional (misionera-pampeana), porém não caracterizada como decorrente de interesses antagonicos, mas como consequência de elementos oriundos de uma relação dinâmica e complementar. Em segundo lugar, encontram-se os "efeitos impulsores" da região pampeana (que atenuaram a desigualdade econômica entre esta região e o território de Misiones, acelerando a acumulação de capital local) frente à realização externa de um importante setor dessa região. Aqui se faz referência à represália que o trigo sofreu por parte do Brasil quando cessaram as compras de erva-mate brasileira, já que a economia de dois importantes estados brasileiros dependia da exportação da erva-mate para a Argentina, um dos únicos mercados mundiais para este produto.

Além dos aspectos acima, no presente estudo procurou-se analisar as políticas governamentais em relação ao espectro de demandas contraditórias, tratando-se todavia de evitar a interpretação mais difundida sobre o Estado no período posterior a 1930 ("governo do gado", a "factoria pampeana" etc.), no qual estão implícitos dois reduccionismos analíticos: o de "classe" que, por sua vez, incluiria outro: o "regional"⁽⁵⁾. Por este meio todas as medidas oficiais encontrariam explicação na identificação do governo como braço político dos interesses pampeanos: se assim fosse, não seriam compreensíveis, por exemplo, certas ações desvinculadas dessa função como as executadas em benefício dos produtores de erva-mate. Desde outro ponto de vista, esta versão (a da localiza-

ção geográfica fixa dos grandes capitais a serem defendidos pelo Estado, concentrados na região da pampa húmeda) é fragmentária e estática, pois mascara o comprovado fenômeno de mobilidade de um segmento de capital dentro do espaço nacional (assim como sua "plasticidade") ao mesmo tempo em que nada contribui para a avaliação do alcance e dimensão reais do comportamento do Estado. Em síntese, caso se sustentasse a primeira linha de interpretação, a política em função do complexo conglomerado de interesses em conflito teria uma explicação simplista e rápida.

Ainda que o exame do discurso ideológico e das ações oficiais específicas revele uma inclinação bastante definida do governo a favor dos interesses trigueiros e dos exportadores pampeanos, pode-se notar que há uma preocupação paralela em não se desgastar a legitimidade política, resultado inevitável caso os governantes apoiassem um único setor de produção em detrimento de outro (ambos capitalistas). A partir disso pode-se explicar a adoção de medidas claramente "de equilíbrio", destinadas em parte a proteger e reorientar o processo de acumulação de capital em Misiones e também a conseguir fontes de apoio político entre os setores econômicos mais poderosos da região.

Acredita-se que este trabalho — a partir de uma problemática cronológica e espacialmente limitada — explora uma temática ampla e polêmica. Tal afirmação diz respeito, por exemplo, à relação entre as regiões não centrais ou periféricas e sua integração à economia nacional, tema hoje em debate em pelo menos dois níveis vinculados entre si: a formulação teórico-política dos "submodelos regionais"⁽⁶⁾ e a

(5) O termo "reduccionismo de classe" que se emprega é o de E. LACLAU, retomado por LECHNER, 1981, p. 321-22.

(6) Refere-se à polêmica sobre a origem das desigualdades regionais tão comuns na América Latina a partir de suas conexões com os submodelos hegemônicos históricos possíveis (primário exportador e de industrialização substitutiva de importações) em função da elaboração de políti-

análise histórico-empírica. Neste segundo nível o tema advém das conseqüências da aplicação do modelo agroexportador sobre as economias do "interior" da Argentina até 1930. Em contraposição às teses baseadas no revisionismo histórico (que priorizam os efeitos destrutivos ou "retardadores" — como conseqüência de uma aliança estatal hegemônica entre os interesses rurais da região pampeana e os comerciais e industriais britânicos)⁽⁷⁾, encontram-se outras linhas de interpretação baseadas em estudos de casos regionais e que consideram os efeitos diversificados na estrutura produtiva nacional gerados pela economia primária exportadora⁽⁸⁾. Este trabalho encaixa-se neste último enfoque, particularmente em torno da idéia de uma "questão regional" surgida

"ao redor de contradições existentes dentro do Estado, assim como de conflitos inerentes aos processos de unificação econômica e política",

conforme J. Balán (1978, p. 53). Este autor, como corolário à sua análise de dois casos (Mendoza e Tucumán) cuja integração à divisão inter-regional do trabalho ocorreu com sucesso, questiona sobre as formas deste processo em outras províncias menos favorecidas e sugere que a probabilidade de êxito nestas últimas poderia ser dificultada pela

"congruência entre os interesses provinciais e as necessidades percebidas pelo governo nacional. e pela oposição oferecida por outros grupos politicamente importantes" (BALAN, 1978, p. 84-85).

O caso de Misiones, no período estudado, viria a confirmar, em grande medida,

cas' de desenvolvimento. Para a confrontação destas teorias veja-se FERRUCCI, 1978.

(7) Dentro da teoria de revisionismo, veja-se LASCANO, 1963 e ROSA, 1967.

(8) Como exemplos: GELLER, 1975; ZAPIOLA, 1975; BRODERSON & SLUTZKY, 1978 e BALÁN, 1978.

a hipótese acima. Contudo, pelo próprio processo histórico do conflito, este caso insere-se com maior propriedade no conjunto de transformações aceleradas a partir dos anos 30, do que nas características essenciais do período 1880-1930, tanto a nível da economia agroexportadora (conflitos de intercâmbio agravados pelos efeitos gerais da depressão e da guerra mundial, dentre outros), como do Estado argentino. Sobre este segundo aspecto, é presumível que as necessidades dos governos nacionais achem-se orientadas para a concretização de uma aliança política indispensável, pela qual seria lógico supor que a capacidade de congruência entre interesses tenha se ampliado o bastante para atender a maiores demandas regionais/agroindustriais, na medida em que estas viessem a ser úteis para reforçar suas bases de lealdade e apoio político.

Por outro lado, a intervenção econômica direta na maioria das economias regionais, característica do período em que está enquadrado este estudo, poderia ser reinterpretada não somente como uma resposta aos requisitos de uma atividade produtiva que foi afetada, mas também como uma forma coercitiva para a consecução de dois objetivos políticos compatíveis: a centralização e a reunificação do poder do estado, mediante a transferência de uma certa margem de sua grande capacidade de ação e regulação aos grupos capitalistas hegemônicos da região. Deste modo, pretende-se fornecer elementos para enriquecer o debate sobre as características e a dinâmica política e econômica dos governos entre 1930 e a Segunda Guerra Mundial.

1. Fatores do Surgimento e Crise da Produção Argentina de Erva-Mate

Como mencionado, o trigo e a farinha argentinos, de um lado, e a erva-mate cancheada e beneficiada brasileira, de outro, compunham os maiores itens de intercâmbio entre os dois países. Até a década de 1920, o *ilex* significou mais de 70% do

TABELA 1
**IMPORTAÇÃO DE ERVA-MATE BRASILEIRA E EXPORTAÇÃO DE TRIGO
 E FARINHA ARGENTINOS PARA O BRASIL
 (1000 ton.)**

Anos	Erva-mate	Trigo	Farinha
1920	44,3	191,1	41,9
1922	38,4	379,0	51,5
1924	36,7	419,8	84,7
1926	46,9	364,0	66,7
1928	51,4	665,1	99,3
1930	66,8	576,2	52,0
1932	56,1	281,3	3,1
1934	33,9	802,0	67,0
1936	35,0	874,1	29,6
1938	33,5	1.003,2	21,9
1940	27,5	863,0	7,7
1942	24,0	984,0	8,7
1944	19,6	1.170,5	55,6

Fonte: Anuarios de Comercio Exterior de La Republica Argentina.

valor das exportações brasileiras para a Argentina, enquanto que o trigo e seus subprodutos representavam a quase totalidade da exportação argentina para o Brasil.

Um elemento importante para compreender as circunstâncias que condicionavam esta relação comercial é, sem dúvida, a disponibilidade e a magnitude dos mercados. No caso da erva-mate os mercados eram bastante restritos: Argentina, Chile e Uruguai, cabendo ao primeiro país cerca de 65% do consumo mundial até 1930. A importação argentina alcançava 70% do total de erva-mate exportada pelo Brasil, da qual dependiam as economias dos estados do Paraná e Santa Catarina e, em menor escala, as do Rio Grande do Sul e Mato Grosso. Esta particular situação permitirá entender as razões que levaram o governo brasileiro, pressionado pela região monocultora sulista, a agir em defesa dos interesses dos ervateiros, frente à Argentina.

No caso do trigo (produto de exportação argentina), em épocas de normalidade comercial, os mercados eram numerosos, embora as importações do Brasil alcançassem um percentual significativo (15% na década de 1920). Além disso, para este

país o trigo era um produto indispensável e necessariamente importado, porquanto seu consumo era de cerca de 1 milhão de ton./ano e sua produção não chegava a 50 mil ton./ano. Mesmo que pudesse adquirir de outros países, algumas razões determinavam a importação do trigo argentino: custos de transporte e comercialização, bem como uma incipiente indústria moageira, em boa parte uma ramificação da Argentina⁽⁹⁾. Desta forma pode-se explicar a evolução das importações brasileiras de farinha: cresceram em importância durante as duas primeiras décadas deste século para posteriormente sofrerem uma diminuição, enquanto que a importação de matéria-prima se mantinha estável ou aumentava. Este com-

(9) Em especial derivada das empresas Bunge y Born S.A. A Bunge expandiu seus investimentos na América do Sul, Europa e Ásia a partir de 1920, e posteriormente nos Estados Unidos. A tendência deste grupo era orientar a aplicação de seus capitais excedentes em atividades diversificadas, e assim seus interesses no Brasil — aumentados nas décadas de 30 e 40 — foram dirigidos para a instalação de moinhos de farinha e grãos de soja, fábricas de artigos de pintura e de vestuário. Ver MORGAN, 1982, p. 86-87 e 97-98.

TRIGO VERSUS ERVA-MATE

portamento era similar àquele observado na Argentina para os moinhos de erva-mate brasileira (alguns constituídos por capitais da mesma origem): tendência à diminuição da entrada do produto beneficiado e aumento relativo das importações de *illex* cancheado (vide tabela 1).

Correlatamente ao aparecimento de indústrias moageiras no Brasil e na Argentina, responsáveis por uma modificação no intercâmbio comercial, nota-se a partir de 1920, um rápido crescimento da produção ervateira na região nordeste da Argentina, que poderia, pelas suas características, substituir a importação dos estados de Santa Catarina e Paraná. Nos anos compreendidos entre 1920-25 a colheita passou de 817 ton. para 10.415 ton. continuando em ascensão. Esta situação traria reflexos na participação do mercado argentino da erva-mate dos dois países (vide tabela 2).

TABELA 2

PORCENTAGEM DE MATE CANCHEADO NACIONAL E IMPORTADA NO CONSUMO ARGENTINO

Anos	Nacional	Importada
1920	1,2	98,8
1925	12,6	87,4
1930	31,4	68,6
1935	67,9	32,1
1940	71,4	28,6
1945	83,4	16,6

Fontes: Boletín de la Cámara de Comercio Argentino-Brasileña, Año XV, nº 169, janeiro de 1930; 17.
PASTORE, 1959, p. 7.
Comisión Regladora de la Yerba Mate, 1948, p. 19.

A seguir serão analisadas as razões que teriam levado à mobilização dos fatores produtivos para Misiones. Na segunda etapa analisar-se-á o conflito estabelecido com o produto brasileiro dentro do con-

texto setorial e regional, devido ao protecionismo dos governos argentinos.

A Etapa da Livre Iniciativa

A fase de formação do ciclo da erva-mate iniciada em 1920 foi protagonizada, inicialmente, por um grupo de grandes empresários que decidiram aplicar parte de seus capitais na formação de uma cultura desaparecida desde a saída dos jesuítas da região. Posteriormente, em especial durante a década de 20, outro grupo de produtores se uniu ao anterior, formado por pequenos proprietários e colonos, em sua maioria imigrantes europeus, cuja contribuição transformou a região de Misiones numa área de quase monocultura. Esse processo aconteceu sem intervenção direta do Estado até 1925, ou seja, foi sustentado pela iniciativa privada. Dada esta situação, convém definir os fatores ou condicionantes que criaram expectativas favoráveis em relação à nascente agroindústria ervateira.

Não há dúvidas quanto à larga margem de ganhos que esse empreendimento propiciava. Esta afirmação está baseada na análise do grupo original de empresários que investiu nessa cultura: empresas de porte a nível nacional, provenientes, em sua maioria, da região pampeana e da capital do país às quais se acrescentaram investimentos estrangeiros (casos como o da Barthe & Cia, La Industrial Paraguaya, Empresa Matte Larangeira, e Pindapoy Anglo Yerba State Co.) todas elas caracterizadas por múltiplas conexões financeiras e econômicas (vide tabela 3).

A estes produtores de erva-mate em Misiones, outros nomes de destaque da zona pampeana juntaram-se posteriormente: "Cia Eldorado" fundada em 1924 (A. Schwelm, G. Pasman, E. Tornquist, H. Leng, A. Gibbs, T. Arata, J. Anchorena); "Cia Introdutora de Buenos Aires" fundada em 1919 (Carlos e Eduardo Tornquist, A. Gibbs, G. Pasman, E. van Peborgh); "Plantadora del Nordeste Argenti-

TABELA 3

**RELAÇÃO DAS PRINCIPAIS EMPRESAS PLANTADORAS
(1ª etapa da cultura)**

Plantador	Data do Início do Plantio	Hectares Cultivados
Martín y Cía.	1903	550 (1)
La Plantadora de yerba mate (José Cullen y Ayerza)	1910	500 (1)
Adolfo Lanusse	1905	100 (1)
Núñez y Gibaja Cía Ltda.	1910	600 (2)
Palacios Hnos.	antes de 1914	750 (2)
Menéndez Gonçalves (Empresa Matte Laranjeira).	1917	s/d
Pindapoy Anglo Yerba State Co.	s/d	s/d
Lesnini y Cía.	s/d	120 (3)
Larraburu Hnos.	s/d	100 (3)
A. Stevenson y Cía.	antes de 1914	50 (1)
H. Albrechtsen	antes de 1914	90 (1)
C. Georgíades	antes de 1919	300 (3)
La Industrial Paraguaya	1914	s/d
Gramajo y Cia.	1919	1.000 (2)
Kitebgi y Errecaborde	1924	200 (3)
Herrera Vegas	1910	530 (3)
Domingo Barthe	1916	961 (3)
Liebig's Extract of Meat Co. Ltded.	s/d	223 (3)
Otto Bemberg (SAFAC)	1920	500 (3)
Ballesty, González y Robert	s/d	190 (3)
Pereyra Iraola	s/d	s/d

Notas: (1) Número de hectares em 1914.

(2) Número de hectares em 1919.

(3) Número de hectares em 1924.

Fontes: GIROLA, 1920.

GIROLA, 1922.

PASTORIZA, 1921, p. 23

FERNÁNDEZ RAMOS, 1934, p. 110, 112 e 116.

no" fundada em 1927 (A. Grisar, A. Martínez de Hoz H. Gibson); "Domingo Barthe S.A." (M. Montes de Oca, S. Ortiz Basualdo, J. Santamarina, G. Udaondo, V. Zouninus), com moendas em Buenos Aires, Rosario e Posadas; "Financiera e Industrial de Misiones", fundada em 1930 (F. van Peborgh, A. Grisar, W. Bell, C. Born); "La Cultivadora Argentina de Yerba-Mate" fundada em 1933; "Mackinnon y Coelho Companhia Yerbatera" (H. Leng, R. Roberts, F. van Peborgh); "Tierras y Yerbales" (Familia Herrera Vega, J. Sosa Martinez, G. Peralta Ramos); "Tierras y Bos-

ques Campos del Cielo" fundada em 1921 (A. Schwelm, G. Pasman, E. Tornquist); "Cia Yerba Mate Aktiengesellschaft" de Zurich, fundada em 1927; "Compañia Yerbatera Liebig" fundada em 1925 (administradores argentinos: W. Bell, A. Grisar, H. Gibson) (ANUARIOS DAS GUIAS DE SOCIEDADES ANÔNIMAS, 1920-33).

Um dos traços típicos destes investidores foi o de dirigirem seus negócios de acordo com critérios de racionalidade econômica e maximização de lucros, e disso

TABELA 4

**PREÇO MÉDIO ANUAL DE ERVA-MATE NÃO BENEFICIADA;
COTAÇÕES EM BUENOS AIRES E ROSARIO
(em cada 10kg, livres de impostos)**

Anos	Paraguai e Mato Grosso	Misiones	Paraná e Sta. Catarina	Rio Grande do Sul
1915	4,4	3,9 (1)	3,6	3,2
1916	4,8	4,5 (1)	3,2	3,0
1917	4,3	4,2 (1)	3,4	3,1
1918	6,6	4,1	3,9	4,0
1919	7,9	5,3	4,9	4,8
1920	8,5	6,4	6,1	5,7
1921	6,9	4,4	4,5	3,9
1922	6,6	4,2	3,6	3,9
1923	6,8	4,2	3,4	4,0
1924	7,5	4,3	4,0	4,4
1925	8,1	4,7	4,3	4,1

Nota: (*)Há coincidências em diversas fontes de consulta mostrando que os altos preços verificados no Rio Grande do Sul, geralmente mais baixos devido à qualidade, são devidos a uma série de movimentos revolucionários que a região sofreu desde 1918 e até 1925, aproximadamente, e que causaram a desorganização da produção e comercialização. Os produtores de erva-mate brasileiros transferiram a elevação dos custos de produção diretamente para os preços de exportação.

Fontes: Empresa Martín y Cia.

Revista de Economía Argentina, tomo XXV, p. 51-54, jul. 1930.

se pode deduzir que a produção de erva-mate criou expectativas de rentabilidade garantida num setor sempre atento a novos empreendimentos frente às possibilidades de expansão de capital. Leopoldo Bartolomé definiu a atuação deste "empreendedor agrícola" em Misiones como um empreendimento

"muito bem adaptado ao sistema de ciclos", que "escolhe a alternativa de alto risco e procura novas alternativas de produção" (BARTOLOMÉ s.d., p.19-20)

Confirmando esta idéia nota-se que os investidores de maior porte se voltaram ao plantio da erva-mate aproveitando a fase inicial de máximos benefícios e mais tarde, quando houve retração da margem de lucro, diminuíram sensivelmente seus investimentos.

Se se aceita o pressuposto de que houve uma conduta lógica, existiram, sem dúvida, fortes motivos que os levaram a investir em um produto que devia enfrentar a concorrência daquele que se importava do sul do Brasil, região cujas vantagens comparativas (os ervais eram silvestres) determinavam um menor custo de produção. A resposta encontra-se necessariamente vinculada ao nível de preços: se até a primeira década do século XX não foi interessante tal produção, isto deveu-se ao baixo nível dos preços de venda internacionais da erva-mate cancheada, o que não seria rentável para a empresa. Durante os 20 anos da fase de livre cultivo verificou-se o aumento paulatino e constante das cotações de mercado a nível internacional (vide tabela 4), o que possibilitou enfrentar os custos referentes ao processo de implantação do cultivo (incluindo o alto investimento inicial, os anos de espe-

ra até a fase de pleno rendimento dos plantios e os eventuais fracassos surgidos da inexperiência). Interessa determinar neste estudo se a competitividade conquistada pela erva-mate argentina de cultivo resultou diretamente de uma política econômica expressa ou se isto decorre das próprias condições do mercado ervateiro.

a. *O mercado de erva-mate no início do século XX*

A partir do final do século XIX e até 1925, duas situações favoráveis se conjugaram para aumentar os preços. O mercado de consumo argentino (principal comprador) estava em expansão devido ao aumento da população neste período (o aumento do consumo *per capita* foi de menor relevância). Simultaneamente, havia um fenômeno de importância fundamental: a retração da oferta de *ilex* silvestre do Paraguai e da Argentina devido ao processo de desmatamento. As dificuldades de exploração das culturas permanentes tornaram a extração em ambas as regiões um empreendimento antieconômico. Este fato — que culminou na redução da contribuição paraguaia a baixos percentuais e no total desaparecimento da participação argentina — deixou o atendimento da demanda nas mãos dos estados do Sul do Brasil cujos exportadores não vacilaram em aumentar os preços.

A expansão do mercado nacional poderia ter sido atendida apenas com o aumento da importação do Brasil, porém muitos estudos argentinos sobre o tema (Queirel, 1897; Bormeinster, 1899, Allain, 1910; Conferência de Governadores de los Territorios Nacionales, 1913; Garin, 1916; Pastoriza, 1921) prognosticaram uma posição relativa mais adequada, a *longo prazo*, da erva-mate de cultivo sobre a supostamente mais vantajosa extração natural. A idéia básica destes estudos era o conceito de racionalidade econômica: explorações metódicas, trabalhadas por mão-de-obra fixa e qualificada, redundariam em maior produtividade (compensando a longo prazo

os salários mais altos) e qualidade, obtidos no longo prazo com custos inferiores aos da produção extrativa, que demandava constantes mudanças de acampamentos, com mão-de-obra instável e pouco habituada ao trabalho disciplinado. Por outro lado, acreditava-se que no aspecto relativo ao alto custo do transporte através do território de Misiones, este seria compensado se as explorações se localizassem diretamente nas encostas do rio Paraná e ao longo da linha férrea, como efetivamente ocorreu com as grandes plantações desde 1912. Não se quer afirmar que estes estudos marcadamente otimistas tenham sido realistas em suas análises; porém a difusão destes conceitos, que exaltavam os benefícios da produção artificial, mostrando a do tipo extrativo como a menos eficiente — expressos nos informes técnicos já mencionados — sem dúvida contribuiu para a elaboração, por parte dos investidores, de uma série de conjecturas que sustentaram a sua decisão.

b. *Tipo de Câmbio*

Na ausência de fatores contrários, a queda do valor da moeda local leva a um incremento das exportações, encarece os bens importados e contribui para estimular atividades internas que concorram com aquelas. Com base neste conceito, poder-se-ia explicar o surgimento de produções regionais de substituição, incentivadas pela demanda da região central. A política cambial da Argentina, prévia à crise de 1930, manteve a moeda local desvalorizada, de acordo com os interesses dos produtores rurais agroexportadores. Esta vantagem contudo não existiu no caso da produção de erva-mate de Misiones pela simples razão de que a moeda brasileira, o “réis” foi se depreciando a um ritmo maior que o peso argentino. Apesar disto, este fato não acarretou necessariamente uma competitividade maior do artigo importado, pois na realidade a queda no valor do réis era transferida aos preços de venda na zona exportadora, atenuando as-

TABELA 5

IMPOSTOS DE IMPORTAÇÃO SOBRE A ERVA-MATE
(em cada 10kg, em m\$n)

Período	Moída	Cancheada	Diferença Bruta (Proteção à ind. argentina)
1900-23	1,23	0,48	0,75
dez. 1923-mar. 1924	1,59	0,59	1,00
mar. 1924-dez. 1930	1,13	0,46	0,67

Fonte: *Revista de Economía Argentina*, tomo XXV, p. 59, jul. 1930.

sim os efeitos do câmbio. Este fenômeno ocorreu durante 1914-1915 e 1917-1921⁽¹⁰⁾

c. *Taxas Alfandegárias*

No período em estudo, indubitavelmente a função específica consignada aos direitos alfandegários foi a de proteger a indústria de moagem de erva-mate que começara a desenvolver-se em fins do século XIX. Conseqüentemente, os impostos sobre o produto beneficiado estrangeiro foram sempre mais elevados que os incidentes sobre a matéria-prima. Portanto, não houve uma política protecionista para a produção de Misiones. A tributação sobre a matéria-prima (sempre inferior à média real dos impostos de importação) teve um propósito fundamentalmente fiscal (vide tabela 5).

Considerando que a carga real dos impostos específicos varia inversamente às flutuações dos preços das importações e que até 1920 as cotações do mate cancheado evoluíram em sentido ascendente, a incidência dos impostos sobre os preços foi diminuindo progressivamente. Nos cin-

co anos seguintes, os preços do mate chegaram a seu ponto máximo, como consequência das perturbações políticas e períodos de chuvas que desorganizaram a extração nos estados exportadores. Devido a esta situação, e a uma diminuição especial das tarifas alfandegárias em março de 1924, a incidência real dos impostos foi ainda menor (vide tabela 6).

Em relação ao tipo de câmbio, as taxas alfandegárias não foram usadas para diminuir a influência negativa da baixa do réis, dado este que reforça a hipótese da inexistência de uma política protecionista para a produção argentina, ainda que com a elevação dos preços CIF o efeito dessa barreira não tenha sido neutralizado pelo diferencial de câmbio. Contudo, também não se concorda com a idéia de que a Argentina tentava desincentivar a produção do nordeste do país⁽¹¹⁾. Pelo contrário, como se verá adiante, contribuiria para dar a esta um novo impulso. As baixas taxas alfandegárias que predominaram na época (inclusive a baixa de 1924), foram motivadas provavelmente pela convicção de que não constituiriam um obstáculo ao desenvolvimento da produção de erva-mate na Argentina.

(10) No período compreendido neste estudo, a inflação brasileira não teve peso suficiente para se contrapor à acentuada desvalorização do réis com respeito ao peso argentino.

(11) O traçado da linha férrea do nordeste da Argentina até Posadas, em 1912, pode ser considerado como um fator que incentivou a radicação de atividades produtivas.

TABELA 6

**INCIDÊNCIA DE TAXAS ALFANDEGÁRIAS NO PREÇO MÉDIO ANUAL
DA ERVA-MATE SEM BENEFICIAMENTO**

Períodos	Paraguai e Mato Grosso	Incidência Porcentual <i>ad valorem</i>	Paraná e Santa Catarina	Incidência Porcentual <i>ad valorem</i>	Rio Grande do Sul	Incidência Porcentual <i>ad valorem</i>
1915-23	\$6,58	7,29%	\$4,56	10,52%	\$3,95	12,15%
Dez. 1923/ Mar. 1924	\$7,41	7,96%	\$4,30	13,72%	\$4,32	13,65%
Abr. 1924/ Ago. 1930	\$7,82	5,88%	\$4,06	11,33%	\$4,24	10,84%

Fonte: Dados sobre preços na **Revista de Economía Argentina**, tomo XXV, p. 51-53, jul. 1930
Taxas, *ibidem*, p. 58-59.

d. A Estratégia dos Estados Exportadores

Com respeito à situação das regiões exportadoras um fator importante foi a política específica de fomento à indústria moageira de erva-mate levada a cabo pelos governos do Paraná e de Santa Catarina (o primeiro formado pela aristocracia de moleiros desse produto). Para impulsionar a exportação de *ilex* processado aumentaram-se as taxas sobre a exportação da erva cancheada: do mesmo modo elevou-se significativamente o preço do frete do mesmo artigo, desde os portos de exportação até Buenos Aires ou Rosario. Desta forma os estados brasileiros propunham-se a evitar a expansão da indústria moageira argentina que tinha como base a matéria-prima importada. Contudo, ao provocar o encarecimento da erva-mate cancheada e dificultar sua saída, eles contribuíram para favorecer a colocação da erva proveniente de Misiones.

Em síntese, a mobilização dos fatores de produção para Misiones com a finalidade de utilizá-los na agroindústria da erva-mate não decorreu de uma política específica de incentivo — à exceção do traçado da estrada de ferro —, nem tampouco

pela influência decisiva de determinados fatores institucionais (regime tributário, tipo de câmbio). Para isso, combinaram-se alguns efeitos propulsores desde a região central (reinvestimento a partir dos excedentes acumulados de capital) com fatores próprios do mercado de erva-mate, que redundaram numa expressiva elevação dos preços de mercado das cancheadas (incremento da demanda e simultânea diminuição das regiões ofertantes; visão otimista em relação aos resultados do cultivo; elevação dos preços no Brasil).

A Intervenção do Estado Argentino

A potencialidade adquirida pela nova riqueza regional motivou a intervenção das autoridades argentinas, das quais dependia diretamente o território de Misiones. Esta intervenção foi feita basicamente através de duas leis que marcaram as etapas de produção erva-teira (1926-35 e 1936-45). De caráter oposto, estas leis comprovam a evolução econômica também contraditória dessa produção. Em 1926 a lei visava o incentivo da produção e em 1936 a regulação e restrição, dada a eminente crise de superprodução. Paralelamente a estas, uma série de medidas

temporárias complementou a atuação do Estado. A seguir, tentar-se-á esclarecer se o governo tinha intenções de sustentar o intercâmbio entre os dois países, Argentina e Brasil, em detrimento de agroindústria do nordeste argentino.

a. 1926-1935

Após 1925, uma boa parte da produção de erva-mate argentina provinha de uma imposição do Estado. Através do "Reglamento de la Ley General de Tieras" e do decreto de março de 1926, todos os concessionários de lotes fiscais de Misiones foram obrigados a plantar erva-mate, em 20 a 75% de suas áreas, dependendo do tamanho das terras, sob pena de perda das concessões. O Censo de 1933 constatou que os colonos cultivaram 43,4% das áreas destinadas a esse produto e 47,3% do total de culturas.

Dois anos antes da lei acima, o Governo de Alvear, havia cedido às pressões dos exportadores brasileiros e dos interesses dos tricultores, diminuindo as taxas alfandegárias sobre a erva-mate importada. Contudo, tem-se explicado que esta atitude isolada não é suficiente para indicar uma política contraditória. De fato, tal sacrifício fiscal não gerou maiores entradas de erva-mate que as de costume⁽¹²⁾.

Por outro lado, desde o início da década de 20, o Governo de Alvear, cuja pasta da Fazenda estava em mãos de Rafael Herrera Vegas, capitalista fortemente ligado à produção de mate, começou a incentivar o desenvolvimento daquela através da concessão de créditos dos Bancos Hi-

potecario e Nación; esta medida daria lugar ao decreto de cultivo obrigatório⁽¹³⁾.

O incremento da produção argentina — de 550% entre 1923 e 1935 — entrou em choque com os interesses importadores. A crise, cujas raízes encontram-se muitos anos antes, tornou-se palpável no final de década de 20. Ainda que em 1927 o consumo de *illex* tenha sido suficiente para absorver a oferta total, a preços rentáveis, a partir desse ano surgiram queixas dos produtores da região com relação às dificuldades de colocação e da cotação declinante de suas colheitas.

Os primeiros dados disponíveis sobre o consumo real são de 1930 e permitem verificar a brecha cada vez maior entre a oferta e a demanda. Antes desta data só há dados estimativos, uma vez que, nas fontes, as cifras referentes ao consumo eram, na verdade, resultado da simples soma da importação e da produção nacional (vide tabela 7).

A depreciação constante dos valores da matéria-prima é sintoma da existência de anomalias no mercado de erva-mate a partir de meados de 1927. Nesse sentido, o desequilíbrio manifestou-se especialmente na erva cancheada, cujos preços, ascendentes até 1926, começaram a decrescer aceleradamente (vide tabela 8).

Para os produtores locais, que procuraram imediatamente a proteção do Estado, a desvalorização era motivada pela concorrência agressiva dos exportadores do Paraná e Santa Catarina, os quais teriam o aval de seus respectivos governos. De acordo com esta versão dos fatos, a partir de

(12) De qualquer forma a erva-mate argentina foi protegida no mesmo nível que outros produtos, como por exemplo o vinho e o açúcar. O caso da erva-mate não se enquadra em nenhuma das situações descritas para 1927 por Carlos F. Díaz Alejandro: impostos reduzidos para os alimentos que não competiam com a produção nacional e altos para os produtos concorrentes (ALEJANDRO, 1975, p. 288).

(13) O decreto de 1926 poderia ter atendido o interesse do Estado em baratear este produto de consumo popular através do aumento de oferta no mercado. A política de taxas alfandegárias durante o segundo governo radical contribuiu para acelerar a expansão da produção nacional de mate, cujas importações começaram a diminuir.

TABELA 7

**RELAÇÃO ENTRE A OFERTA E O CONSUMO DE
ERVA-MATE: FORMAÇÃO DE ESTOQUES
(1.000 ton.)**

Anos	Oferta	Consumo Real	Estoque Anual	Estoque ^(e) Acumulado
1927	97,2	90,5 ^e	6,7 ^e	6,7
1928	92,8	90,5 ^e	2,3 ^e	9,1
1929	96,3	90,5 ^e	5,7	14,8
1930	98,6	90,5	8,1	22,9
1931	103,7	86,2	17,9	40,8
1932	112,3	85,5	26,7	67,5
1933	90,7	85,5	5,2	72,7
1934	99,4	95,8	3,4	76,1
1935	114,2	95,6	18,5	94,6

Nota : (e) Estimativas.

Fontes: Dados referentes a oferta e consumo real: *Revista de Economía Argentina*, tomo XXV, jul. 1930.
BILLARD, 1946.

TABELA 8

**COTAÇÃO MÉDIA ANUAL DA ERVA-MATE CANCHEADA
(em cada 10kg, m\$n)**

Anos	Mato Grosso e Paraguai	Misiones	Paraná e Sta. Catarina	Rio Grande do Sul
1925	8,05	5,39	4,82	4,76
1926	6,45	5,25	5,32	5,33
1927	5,26	4,37	3,84	4,39
1928	6,20	4,32	3,56	3,80
1929	5,93	3,33	3,56	4,09
1930	6,41	3,0	3,16	s/d
1931	6,34	3,15	2,71	s/d
1932	5,61	2,64	2,50	s/d
1933	4,53	2,20	2,47	s/d
1934	4,57	2,38	2,80	s/d
1935	4,42	2,27	2,67	s/d
1936	4,28	2,06	2,66	s/d
1937	4,65	1,82	2,47	s/d

Fontes: *Revista de Economía Argentina*, tomo XXV, jul. 1930.
CRYM, 1936, p. 24.

1928, teriam sido introduzidas quantidades maiores que as habituais de erva-mate sem beneficiamento, a preços inferiores, indicativos de uma política de *dumping* na bolsa de Curitiba, amparada pelo governo paranaense. Simultaneamente, este governo concederia benefícios aos exportadores para baratear ainda mais os custos. As queixas assinalavam um significativo incremento do contrabando através da fronteira terrestre misionera-riograndense. Essa concorrência desonesta e o fato incontestável de que o próprio Estado tinha incentivado o cultivo levaram os plantadores a exigir proteção efetiva, que implicava limitar a importação ao percentual da demanda não atendido pelo produto nacional.

Se bem que a comprovação das denúncias seja difícil devido à falta, no país, de dados comprobatórios, a depreciação era inegável. Considerando-se a relação custo-benefício, é necessário estabelecer uma distinção entre dois segmentos de produção. No caso das grandes empresas, o problema deve ser observado sob o ponto de vista das expectativas de alta rentabilidade gerada na fase de preços ascendentes, que agora não se viam confirmadas, devido à concorrência existente no mercado. Isto se aplica, em especial, ao caso dos que iniciaram o plantio entre 1920-25: a crise de preços os atingiu quando ainda estavam se capitalizando e suas colheitas eram exíguas devido ao fato das plantações serem novas. De qualquer forma, esse setor supostamente havia feito o cálculo prévio de risco de investimento. O outro setor denunciante — colonos radicados em terras fiscais e pequenos proprietários — havia realizado a plantação em resposta à obrigação com o governo. Para este último setor, cujo nível de lucro já era baixo durante a época de bons preços, a queda destes deteriorou sua situação econômica até torná-la insustentável. Deixando de lado esta problemática, é evidente que, ante a queda de preços, a produção de mate não cultivado nacional tinha deixado de

ser competitiva frente à produção brasileira, que era subsidiada.

A primeira resposta aos apelos dos produtores foi em agosto de 1930, quando Irigoyen, tentando encontrar um paliativo para a situação, anulou a redução das taxas alfandegárias de 1924 e ofereceu alguns benefícios aos produtores locais⁽¹⁴⁾. Todavia, o golpe cívico-militar de 6 de setembro impediu a aplicação das medidas acima.

No início dos anos 30, a Argentina sofreu o impacto da Depressão Mundial. A queda abrupta das cotações de bens primários a nível internacional, especialmente cereais e linho, em relação a 1920-25, acelerou o desequilíbrio das balanças comercial e de pagamentos, devido à deterioração dos termos de troca frente aos manufaturados e ao êxodo dos capitais para os Estados Unidos, a partir de 1928. A política fiscal e monetária dos governos conservadores pós-crise pretendeu atuar de forma anticíclica no período de depressão mundial visando recuperar o setor rural pampeano e os diversos grupos ligados ao setor externo. Este propósito tendia, indiretamente, a favorecer o desenvolvimento de atividades secundárias e de produções regionais, porém no caso da erva-mate o contexto criado para alcançar essa meta fundamental não conseguiu achar uma solução para a delicada situação, já que aquela foi motivo da interação de interesses complexos e divergentes. Os anos compreendidos entre 1930 e 1935 foram marcados por medidas temporárias, aparentemente contraditórias, que indicavam a constante procura de certo "equilíbrio". Os dois governos que determinaram a vida política desses anos, coincidindo essencialmente no manejo das principais questões econômicas, manifestaram diferentes tendências no que se referia à ques-

(14) Entre estes: construção de depósitos fiscais, controle físico-químico do produto estrangeiro e redução do número de portos autorizados à exportação a fim de evitar o contrabando.

tão do mate, agindo de acordo com seus interesses instrumentais e setoriais. O resultado foi uma acentuada descontinuidade e progressiva intervenção da atitude oficial em relação à agroindústria misionera. Durante o primeiro ano de governo, Uriburu tentou recuperar a estabilidade econômica, continuando com a política de depreciação monetária que deveria ter atuado como estímulo ao aumento das exportações e à diminuição das importações, o que não se concretizou porque os preços dos produtos agropecuários diminuam a um ritmo mais acelerado que a depreciação do peso. Além disso, a demanda externa por esses produtos sofria restrições como consequência das medidas protecionistas aplicadas pelos países castigados pela crise.

Quando a Grã-Bretanha abandonou em 1931 o padrão ouro, a situação financeira ficou insustentável para o governo argentino, com crescente déficit externo e precisando garantir o serviço da dívida externa em moeda com lastro ouro⁽¹⁵⁾. Para poder lidar com as variáveis acima, Uriburu estabeleceu um controle central de câmbio e enfatizou a limitação das importações, conseguindo, no ano seguinte, tornar a balança de pagamentos favorável.

É nesse contexto que se devem situar as numerosas medidas alfandegárias e regulamentos sanitários que protegeram a produção de erva-mate nacional⁽¹⁶⁾. Ape-

sar das ameaças do governo brasileiro de restrições comerciais como represália a essa política "inamistosa" — concretizadas em agosto de 1931, através de um acordo de intercâmbio de café por trigo com os Estados Unidos, e proibição de importar farinha de trigo argentina durante 18 meses — tais medidas protecionistas se mantiveram enquanto estava no poder o governo provisório argentino. É interessante notar que o Poder Executivo se baseou na sua "função e dever primordial de defender e proteger os produtos nacionais", especialmente no caso da erva-mate por ter sido incentivada oficialmente e dirigida a atender a população da província de Corrientes e do território de Misiones, cuja base de desenvolvimento era unicamente essa agroindústria⁽¹⁷⁾. Outro ponto levantado por Uriburu visando a recuperação econômica foi a tentativa de fortalecer os produtores de matéria-prima. Em consequência disso as indústrias mais prósperas foram aquelas que se utilizavam de matéria-prima nacional, enquanto que aquelas que se utilizavam da importada viram-se prejudicadas. Coincidindo com esse ponto de vista, Linhares assinala que nesses anos, enquanto os moleiros e plantadores de erva argentinos consolidavam sua posição, os importadores perdiam terreno e influência (LINHARES, 1969, p. 358).

Quando Agustin Justo iniciou seu governo em 1932, o poder de pressão dos produtores de mate mostrou-se tênue frente ao dos importadores e beneficiadores de mate estrangeiro, somado ao poder dos moedores de farinha radicados no Brasil e os exportadores de trigo (grupos respaldados pela poderosa empresa Bunge & Born). Apesar da tendência de substituição de importações, inclusive com o desenvolvimento de outras culturas fora da região pampeana, que pela primeira vez figuravam na pauta de exportações, o esforço do segundo governo dos anos 30 foi

(15) O serviço dos capitais estrangeiros constituiu outro grave problema, já que não diminuiu como esperado, chegando a representar quase 40% do valor das exportações argentinas em 1933 (O'CONNELL, 1984, p. 491).

(16) A importação foi proibida de dezembro de 1930 até março do ano seguinte, espaço de tempo utilizado para que uma comissão designada *ad hoc* fixasse o total das cotas anuais que poderiam ser oferecidas ao mercado argentino. Além disso, durante o ano de 1931 foram baixados vários regulamentos restritivos de caráter químico-sanitário para o mate importado, que se transformavam em limitações à importação.

(17) Refere-se aos decretos de limitação de importação de mate de 31 de dezembro de 1930 e de 14 de março de 1931.

dirigido para a recuperação da receita do setor externo tradicional, base para a recuperação global da economia. Considerando o notável declínio que a colocação de trigo e farinha experimentou a partir de 1928, a possibilidade de incrementar a exportação de trigo para o Brasil (que vinha aumentando a cada ano à exceção de 1932) determinou que qualquer outro interesse comercial com o país vizinho ficasse em segundo plano. Conseqüentemente, o governo procurou criar condições mais favoráveis para a concretização deste propósito, evitando a repetição da represália de 1931, contra o principal cereal argentino. Em maio de 1932, liberou-se a importação de mate e se revogaram as restrições químico-sanitárias implantadas pelo governo provisório, que tinha sido "vítima do extremo grau de protecionismo" (F. Pinedo). Nesse ano, ao tratar do tema erva-mate e política comercial na Câmara dos Deputados, vários representantes (entre eles Pinedo e Duhau, futuros ministros) fizeram duras críticas a essa

"infeliz tentativa (o início da cultura e a colonização de Misiones nela respaldada) que tem perturbado. as relações comerciais com o Brasil, que era um comprador nada desprezível, porque não é desprezível poder colocar 600.000 a 700.000 ton. a mais de trigo".

Pinedo qualificou a indústria de mate como "a indústria parasitária típica" (a exemplo da do açúcar) uma vez que

"sua exuberância e magnificência não impedem que seja parasitária a produção dessa árvore, se em outras partes, com menos trabalho e menos capital se produz em melhores condições"

Estes argumentos iam desde os benefícios de um amplo intercâmbio mercantil, visando a colocação no mercado dos excedentes agrícolas, até a não promoção de atividades econômicas que não se sustentassem com suas próprias vantagens com-

parativas. Defendidos pelos representantes do partido socialista, o interesse dos consumidores fortaleceu ainda mais o critério de desincentivar culturas parasitárias através da importação de similares mais baratos (CONGRESSO NACIONAL, 1932, tomo II, p. 595-96, 610-13 e 637).

Em relação ao conflito econômico-social que afligia a região produtora, predominou a tese de evitar a ruína dos plantadores e da cultura do mate, pois o Estado havia promovido seu cultivo. Concluiu-se porém, que havia necessidade de eliminar o incentivo, interrompendo o desenvolvimento e orientando os colonos para outras culturas que não concorressem com a importação. De imediato não se sentiram os efeitos destas medidas já que, de fato, as plantações continuaram se expandindo até 1935. No entanto, o decreto de janeiro de 1933 aplicou um tributo adicional de 10% nas taxas alfandegárias de entrada do mate. Esta medida não era considerada uma afronta ao Brasil, pois acreditava-se que mais importante que essa tributação eram as quedas constantes no câmbio brasileiro, cuja influência não era revertida por altas nos preços do mate na origem (como ocorrera na época da pré-crise).

Todavia, os produtores brasileiros viam a nova tributação sob outro prisma. Esta divergência levou, finalmente, à assinatura de um tratado comercial visando a obtenção de um acordo: Argentina se comprometeria a revogar o tributo e a não tomar nenhuma medida que direta ou indiretamente implicasse limitação da importação do *ilex*. O Brasil, em contrapartida, não renovaria a proibição de 1931 relativa à importação da farinha de trigo e do trigo em grão argentinos, deixando livre o comércio para as duas mercadorias. Esse tratado não foi sancionado no Brasil, talvez devido ao item referente à introdução de farinha, já que a indústria moageira estava em expansão. Mesmo assim, em outubro de 1935, outro acordo foi firmado, nos mesmos termos, detalhando-se que a quantidade de mate brasileiro destinada

ao consumo argentino não poderia ser inferior à média das quantidades registradas nos últimos três anos⁽¹⁸⁾. Imediatamente o tributo adicional foi suspenso, marcando assim mais uma etapa na tortuosa política da erva-mate.

O complexo processo da década de 1926-1935 reflete a falta de uma política organizada para o incentivo à produção e para com os interesses comerciais mais amplos. O decreto de 1926, da obrigatoriedade do plantio, que levou a produção a cifras que em muito superaram o cálculo previsto, tornou-se um problema sem solução, na época. As decisões contraditórias refletem o descontentamento, ora de uma, ora de outra das partes envolvidas no conflito, cujas possibilidades dependiam de seu próprio poder de pressão sobre o poder público e da política econômica vigente. Neste sentido, os promotores da livre importação de mate (tanto nacionais como estrangeiros) mostraram-se suficientemente ativos para impedir a manutenção de medidas restritivas, apesar dos reclamos dos produtores da região nordeste contrários a esta posição.

O resultado da importação de mate nesses anos foi o agravamento da crise por causa da saturação do mercado e da baixa dos preços da matéria-prima. Esta situação foi proveitosa somente para os beneficiadores e grandes plantadores/beneficiadores, pois estes podiam absover as diferenças entre as baixas cotações e os preços mínimos de venda ao consumidor.

No entanto, apesar da mudança aparentemente desvantajosa para a produção nacional, verifica-se que a partir de 1933 as quantidades importadas de mate apresentaram um acentuado declínio em relação ao ano anterior, fato este que se intensifica com o tempo. Este fenômeno, que à primeira vista pareceria surpreendente, foi

em parte conseqüência da sucessão de medidas oscilantes adotadas na Argentina, que gerou uma crescente sensação de insegurança entre os exportadores brasileiros, os quais, conscientes da impossibilidade de derrubar a poderosa produção de Misiones, decidiram investir seus capitais em atividades mais estáveis. Portanto, o desequilíbrio gerado pelo próprio governo argentino ocasionou

“uma crise de grande magnitude no Brasil” (LINHARES, 1969, p. 201).

b. 1936-1945

A partir de 1932 as autoridades argentinas estavam convencidas da necessidade de se manter o intercâmbio do mate e outros produtos brasileiros com o trigo da pampa húmeda. Conseqüentemente, todas as medidas que viessem a ser implementadas, ainda que relativas a aspectos secundários, deveriam estar direcionadas a afiançar este intercâmbio.

A posição do Brasil como o segundo maior comprador de trigo e de considerável quantidade de carne fresca e resfriada, somada ao princípio de “comprar de quem é nosso cliente”, induziu o estabelecimento de uma política comercial, na qual a agroindústria do mate deveria ter um papel de apoio e não de oposição aos interesses prioritários da região pampeana.

A este importante assunto acrescia-se o problema da superprodução — a colheita nacional superaria o consumo —, agravado sobremaneira por causa dos estoques que vinham se acumulando a partir de 1928. Paralelamente a essa questão, a situação crítica dos milhares de colonos da Região de Misiones e Corrientes era um tema que precisava ser considerado.

Frente a esse panorama, o governo — que já tinha aumentado seu controle sobre as economias pampeanas e de outras regiões mediante a criação de numerosas instituições reguladoras ou de incentivo a

(18) Acordos comerciais entre Argentina e Brasil de 1933 e 1935. In: UNBA/FCE, 1945.

um amplo leque de atividades produtivas e de serviço — decidiu estender esse controle para o setor do mate, com o propósito de obter uma solução estabilizadora. Com essa finalidade, a lei 12.236 de outubro de 1935, criou a CRYM (Comisión Regladora de la Yerba Mate); instalada no ano subsequente, tal comissão tinha como missão adequar os termos da oferta e da demanda. Para isso, em 1937 entrou em ação um órgão a ela subordinado — o Mercado Consignatario de Yerba Mate Nacional Canchada —, que compraria toda a produção argentina; atuando como intermediário entre o plantador e o beneficiador, entregaria a este quantidades de mercadoria de forma controlada. Desse modo, evitava-se que o desespero dos produtores por colocar suas colheitas deprimisse ainda mais as já baixas cotações de matéria-prima. Enquanto o preço não alcançasse níveis rentáveis, a CRYM outorgaria aos plantadores uma compensação equivalente à diferença entre o preço de custo e o de venda — incluindo certa margem de benefício — de sorte a solucionar a crítica situação dos mesmos⁽¹⁹⁾. Considerou-se esse subsídio indispensável, visto não haver previsão de rápido equilíbrio uma vez que estava em vigência o tratado bilateral de 1935, pelo qual deveriam ser adquiridas, no mínimo, 30 a 35 mil toneladas de *illex* brasileiro não beneficiado. Embora a importação do gênero procedente do Brasil — pelos motivos já mencionados e pela evolução que esta provocou na economia dos estados produtores — viesse diminuindo desde 1933 (as quantidades estabelecidas só foram cumpridas até 1939, ano em que se importou 30.667 ton), o subsídio foi adotado juntamente com outras medidas restritivas à produção argentina. Para não agravar ainda mais a situação e como resultado das teses em prol da legitimidade da economia da erva-mate que o

(19) Este subsídio significou um excelente negócio para os plantadores com moinho próprio, pois estes, sem deixar de conseguir bons preços de venda ao varejo, também obtinham o subsídio da CRYM.

TABELA 9

PRODUÇÃO REAL E PRODUÇÃO POTENCIAL ESTIMADA DE ERVA-MATE ARGENTINA (1.000 ton.)

Anos	Produção Real	Produção Potencial Estimada
1937	106,3	140
1938	72,5	161
1939	64,5	178
1940	68,7	192
1941	72,1	202
1942	79,9	s/d
1943	83,9	s/d
1944	83,9	s/d
1945	99,4	s/d

Fontes: **Revista de Economía Argentina**, tomo XXXII, p. 62.
Dirección de Estimaciones Agropecuarias.
Distribución de la superficie cultivada por grupos de cultivo 1932/33 - 1960/61, Buenos Aires, 1961, s/p.

setor dirigente argentino vinha manifestando, implementaram-se medidas para evitar o crescimento "inoportuno" da produção nacional. Assim, em 1936 foi aplicado um imposto de m\$ 4 sobre cada planta nova — virtual proibição — e, a partir de 1937 (até 1957) limitaram-se anualmente as colheitas. Tal decisão foi implementada mediante a indicação de uma cota para cada produtor, a qual foi estabelecida de acordo com as necessidades do consumo, descontada de um percentual correspondente à importação.

Esta solução, ao implicar uma redução dos cultivos (vide tabela 9), considerava não somente as perdas absolutas mas também sustentava as diminuições na rentabilidade das explorações.

A depreciação da erva-mate cancheada continuou se acentuando até 1939 devido

TABELA 10
RELAÇÃO ENTRE OFERTA E CONSUMO DE ERVA-MATE
(1.000 ton.)

Anos	Oferta	Consumo	Excedente Anual	Estoque
1936	119,1	98,7	20,4	100,3
1937	146,9	101,7	45,2	145,5
1938	106,1	102,3	3,2	148,8
1939	95,3	109,8	-14,5	134,2
1940	96,2	106,0	-10,8	123,4
1941	95,7	106,9	-11,2	112,2
1942	110,7	117,9	- 7,2	105,0
1943	102,1	109,8	- 7,7	97,4
1944	103,5	111,0	- 7,5	89,8
1945	103,3	115,7	-12,5	77,4

Fonte: Dados próprios com base em **Memórias da CRYM e do Mercado Consignatário**.

à persistente saturação do mercado, não só porque a soma da produção e importação mantinha-se acima do consumo, como também pelo grave problema dos estoques acumulados (vide tabela 10). Ao mesmo tempo em que a cota de erva brasileira subtraía um terço da demanda, criava o problema à produção nacional que se adicionava nos excedentes de anos anteriores. Entre 1940 e 1945 as cotações da matéria-prima aumentaram gradativamente, ainda que não o suficiente para permitir que fosse eliminada a compensação outorgada aos produtores pela CRYM.

De modo geral, até 1945, a CRYM optou por subsidiar o plantador argentino (sem contudo incentivá-lo) tentando impedir que o mesmo sofresse perdas, apesar de produzir uma cultura que se tornara antieconômica. Com o objetivo de manter e ampliar o comércio com o Brasil, foi fixada uma cota mínima de importação, restringindo, dessa maneira, uma atividade agrícola local hiperdesenvolvida.

Da mesma forma que a primeira fase de intervenção evidenciou a falta de previ-

ção daqueles que forçaram o cultivo da erva-mate como base do assentamento em Misiones, as medidas implantadas na fase seguinte mostraram o peso relativo que a pampa agropecuária exercia sobre a economia nacional, sendo esta a região onde se depositavam as esperanças de pronta superação dos problemas econômico-conjunturais da década de 30. Frente ao "interesse nacional" era preciso evitar as interferências de produções secundárias (que sob o ponto de vista do Estado geravam benefícios duvidosos), e reprimi-los quando, como no caso do mate, perturbassem a habitual ou possível exportação de cereais a um dos mercados compradores.

2. O Intercâmbio Argentina-Brasil durante a Segunda Guerra Mundial

Desde o início do governo do Presidente Justo, principalmente a partir da Segunda Guerra Mundial, houve uma notável melhoria das relações diplomáticas e comerciais com o Brasil. O conflito bélico trouxe graves problemas às economias dos dois países, devido fundamentalmente ao

fechamento dos mercados europeus para os produtos latino-americanos. Para enfrentar a perda de divisas, procuraram exportar os excedentes de produções locais para mercados não tradicionais. Em consequência desta situação, bem como da existência de vínculos anteriores e da possibilidade de se ampliar um intercâmbio complementar, a relação comercial argentino-brasileira adquiriu uma nova faceta: procurou-se desenvolver o que alguns chamaram de "panamericanismo empírico"

Sendo o setor de produção de cereais um dos que mais contribuíram na formação do PIB argentino, o Estado optou pela compra das colheitas e pela "política do grão combustível" (MALGESINI & ALVAREZ, 1982) no âmbito interno; no externo, pelo impulso à exportação de trigo para o Brasil.

O trigo, principal bem de exportação para este país há muitos anos, passou a ter maior importância em relação ao total exportado, embora não em valores absolutos.

Conforme mostra a tabela 11, registrou-se um leve aumento na exportação de trigo nos primeiros anos da guerra mundial, crescendo acentuadamente a partir de 1942. A farinha de trigo, segundo produto de exportação ao Brasil, teve comportamento diferente. Devido ao crescimento da indústria de moagem no Brasil e ao aparecimento de novos mercados consumidores, especialmente na América Latina, manteve, com oscilações, uma tendência declinante.

Do total exportado para o Brasil, o trigo e a farinha, nesta ordem, representaram sempre a maior proporção. Nota-se que durante o período inicial da guerra a participação relativa sofreu um decréscimo, indício de certa diversificação constituída por aumentos na exportação de alguns produtos primários (frutas frescas, couro, lã e animais em pé) e também de diversos bens manufaturados e derivados

TABELA 11

PERCENTUAIS DAS EXPORTAÇÕES DE TRIGO E FARINHA DESTINADAS AO BRASIL, RELATIVAMENTE AOS RESPECTIVOS MONTANTES EXPORTADOS PELA ARGENTINA

Anos	Trigo	Farinha
1930	24,5	49,9
1931	18,1	23,5
1932	8,0	5,4
1933	19,0	34,9
1934	16,7	60,6
1935	23,2	37,7
1936	54,0	37,1
1937	23,4	32,4
1938	51,7	26,1
1939	20,9	16,8
1940	23,7	11,0
1941	28,1	15,2
1942	45,2	14,6
1943	51,6	16,8
1944	50,3	25,1
1945	45,4	28,4

Fontes: Elaboração própria com base nos **Anuários de Comércio Exterior e Memórias** do Banco Central de la República Argentina.

(rubrica de veículos e maquinário, têxteis, pedras e vidros, cerâmica e produtos químicos). Este fato não minuí a necessidade de colocar o cereal, pois nenhum dos outros artigos mencionados, tomados individualmente, significavam mais de 3% do total exportado. Por outro lado, em valores absolutos, a participação do trigo aumentou rapidamente em todos os anos.

A pauta de bens importados do Brasil apresenta uma diversificação muito maior que a da Argentina, relativamente estabilizada em um bem principal. O mate, que se destacara na primeira fase, deixou de ser a base do intercâmbio a partir de

TABELA 12

PRINCIPAIS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS PARA A ARGENTINA
(em porcentagem)

Anos	Café	Frutas	Madeiras	Ferro	Caucho	Têxteis	Mate Cancheada
1935	17,4	14,8	16,3	0,003	0,09	1,3	23,1
1937	13,6	23,3	17,6	0,01	0,01	3,0	20,0
1939	12,8	28,4	16,7	1,3	1,1	4,8	13,8
1941	10,3	16,8	13,4	4,4	8,3	30,0	7,5
1943	10,4	8,9	27,1	6,4	1,9	30,2	3,3
1945	7,8	7,5	21,5	7,3	2,2	38,2	2,8

Fonte: Anuários de Comercio Exterior. 1935-1945.

1937 (vide tabela 12) superado que foi por outros produtos, não pelo decréscimo brusco no volume daquele, mas pelo aumento destes. Obtiveram destaque o café em grão, o fumo, as madeiras, as frutas frescas, o ferro e o caucho. Nos últimos anos de conflito, ocorreu vertiginoso aumento dos têxteis de algodão. Entre 1939 e 1945 o mate apresentou um peso relativo médio de 6,36%, tornando-se um produto secundário no total do comércio entre a Argentina e o Brasil.

A nova configuração do comércio entre os dois países indica o virtual desaparecimento do intercâmbio trigo/erva-mate e sua substituição, do lado brasileiro, por vários produtos que contribuía para a ampliação do comércio. Esta relação consolidou-se durante o período através de protocolos (de intenção), recomendações e acordos comerciais celebrados em 1939, 1941, 1942 e 1943. Neles foi estipulada a concessão de mútuas facilidades de intercâmbio. Em linhas gerais, afiançavam que todo excesso de exportação de um país para o outro não devia induzir à restrição desta e sim ao aumento das importações, incentivando um regime de livre intercâmbio; ou seja, houve o estímulo de um aumento progressivo das trocas; a concessão de créditos mútuos para as compras e acordos de

licenças para obtenção, à taxa oficial, dos recursos necessários para efetuar os pagamentos. Em 1941, foram estabelecidas restrições ao uso de sucedâneos ao café brasileiro e ao trigo argentino. As vantagens concedidas à introdução desse cereal foram apontadas em todas as oportunidades, tanto que o Brasil obteve benefícios semelhantes para os têxteis — principalmente de algodão — ferro em lingotes, caucho e subprodutos, frutas, madeira e lãs. Estes acordos levaram à situação de intercâmbio evidenciada nos dados da tabela 12.

No referente à erva-mate, o tratado de janeiro de 1940 reiterou os termos dos acordos efetuados em 1933 e 1935 — manteve-se a cota mínima de 30 a 35.000 ton., os mesmos impostos alfandegários e o compromisso argentino de não aplicar medidas restritivas à sua importação. O tratado de 1943 estipulou uma cota anual de 27.000 ton.⁽²⁰⁾ A comparação destas quantidades com as importações realizadas até 1930 confirma o caráter secundário do *ilex* no comércio global. O motivo

(20) Sobre estes aspectos veja-se os tratados de 1939 até 1945 em MINISTERIO DE RELACIONES EXTERIORES DE LA R. ARGENTINA, 1950, tomo I.

deste produto continuar a ser mencionado nos acordos de forma especial deve-se à sua importância para a economia do estado do Mato Grosso — nos estados do Paraná e Santa Catarina o mate ficou reduzido a um papel de somenos importância (MINISTÉRIO DE RELAÇÕES EXTERIORES DO BRASIL, 1940, p. 517).

Evidentemente, se o Brasil acabou aceitando a perda do mercado de mate na Argentina foi porque o intercâmbio acomodou-se às novas perspectivas, tanto do ponto de vista global como no referente às economias dos estados sulinos. Correlatamente a oferta internacional de trigo sofreu grandes flutuações a partir de 1933 devido a problemas climáticos e de embarques durante a guerra.

O Estado do Mato Grosso evidenciava adaptar-se à nova situação comercial: a exportação de erva-mate cancheada não se reduziu, pelo contrário, mostrou um leve aumento (de 11.500 ton. em 1930 para 14.002 ton. em 1940). Em comparação com o total de mate exportado pelo Brasil a participação matogrossense elevou-se de 9,87% para 50,83%, no período (DAUMAS, 1930, p. 21; CRYM, *Memória* 1941, p. 50). Por outro lado, o preço manteve um bom nível, com firme tendência altista, o que leva a supor que este Estado acumulou maiores benefícios⁽²¹⁾.

É importante ressaltar estes fatos visto que, como se sabe, o real competidor do mate argentino (quanto à qualidade e tipo) era aquele oriundo do Paraná e Santa Catarina, o mesmo não ocorrendo com o produto do Mato Grosso, de qualidade superior e com sabor diferente do argentino.

Em vista do analisado até aqui, pode-se concluir que desde fins da década de 30 o intercâmbio comercial entre a Argentina e o Brasil evoluiu no sentido de mútua aco-

modação, eliminando-se o competitivo e estimulando-se o complementar. Nesse sentido, foram introduzidos novos produtos inexistentes ou pouco desenvolvidos em um e outro país, incluindo a importação de tipos de mate pela Argentina que não concorressem com a produção do território de Misiones.

3. Situação da Produção de Erva-Mate Argentina

Em 1939, desapareceram os excedentes anuais (pela primeira vez desde 1928) devido à redução propositada da produção que permitiu manter a proporção entre a importação e o consumo. No período compreendido entre 1939 e 1945, a concorrência exercida sobre a produção nacional de erva-mate cancheada ficou circunscrita, de um lado, ao percentual de mate importado do Paraná e Santa Catarina e, de outro, à influência dos estoques existentes, que levaria muito mais tempo para serem eliminados.

Embora os efeitos da importação diminuíssem progressivamente, provocaram prejuízos enquanto esta não foi anulada e não se pôde estipular, quando do estabelecimento das cotas anuais das colheitas argentinas, aquela parcela de consumo que seria atendida mediante a redução do estoque acumulado (vide tabela 13).

O volume de mate importado tinha sustentação nos acordos de 1940 e 1943, vistos anteriormente, ainda que estes não fossem seguidos à risca no tocante às quantidades mínimas que deviam ser importadas.

Passando a outro aspecto, seria interessante verificar o efeito da estabilização entre a oferta e a demanda alcançada na economia ervateira, considerando-se que esta foi, no primeiro terço deste século, a responsável pelo impulso econômico do território de Misiones e sua principal fonte de renda. A esse respeito pode-se adiantar que o papel do *illex* nessa região

(21) Veja-se CRYM, *Memórias*, anos de 1936 até 1945.

TABELA 13

**PERCENTUAIS DE ERVA-MATE COLOCADAS NO
MERCADO ARGENTINO PELOS DIFERENTES
SETORES OFERTANTES**

Anos	Estoque Libe- rado por ano	Importações dos Estados do Sul do Brasil	Produção Na- cional
1939	13,23	11,83	74,94
1940	10,83	12,16	77,01
1941	10,49	9,24	80,27
1942	6,09	s/d	-
1943	6,99	s/d	-
1944	6,77	9,45	83,78
1945	10,76	8,05	81,19

Fonte: Elaboração própria com base em dados de **Memórias da CRYM e do Mercado Consignatário**.

parece ter sofrido alterações no período em questão. Em primeiro lugar, a redução da produção que, derivada do sistema de cotas, deve ter provocado um correspondente decréscimo das áreas cultivadas com mate. Em segundo lugar, pode-se presumir que as sucessivas limitações estipuladas ocasionaram problemas nas pequenas explorações, no tocante ao nível de rentabilidade. Finalmente, observa-se na década de 40 o surgimento de certa diversificação na agricultura misionera, o que poderia estar indicando que parte dos produtores tenha abandonado totalmente a cultura do mate, substituindo-a por outra (por exemplo, o tung, cuja área de plantio passou de 3.000 a 50.600 ha. entre 1936 e 1946), ou iniciando uma produção mista. De acordo com os dados da *Revista de Economía Argentina*, os colonos de Oberá e El Dorado (as duas colônias mais importantes do território) cultivavam simultaneamente naqueles anos o mate, a laranja, o fumo e diversos produtos agrícolas e animais para a própria subsistência. Os colonos que estavam radicados na região há pelo menos 15 anos eram os que se

dedicavam mais intensamente ao mate, enquanto que os novos colonos não julgaram proveitoso iniciar esse cultivo, ou se viram impedidos pela proibição de plantio de erva-mate, estabelecida em 1936 pela CRYM. É por esses motivos que a publicação acima considerou que

“no espaço de uma geração é provável que não se possa caracterizar esta região ervateira” (REVISTA DE ECONOMIA ARGENTINA, 1943, p. 430-31).

Concretamente, parece que a produção do *illex* deixou de ser o eixo econômico da economia do território de Misiones (ainda que se mantivesse como a principal atividade), dando lugar a uma relativa diversificação agrícola.

4. O Estado Argentino e a “Questão Regional” Misionera nos Anos 30

Para a solução da relação conflitiva misionera-pampeana houve a atuação de dois processos relativamente simultâneos e vinculados entre si. O primeiro é externo,

derivado da evolução econômica dos estados do Paraná e de Santa Catarina, que se orientou para a diversificação de suas atividades, com o abandono da monocultura que havia deixado de ser rentável. No final dos anos 30, a erva-mate, similar àquela produzida na Argentina, deixou de ocupar um papel de destaque nas exportações brasileiras, enquanto se manteve a exportação do mate tipo "forte" do Mato Grosso, iniciando assim um processo de adequação às necessidades do mercado consumidor argentino⁽²²⁾.

O segundo processo é político; diz respeito ao intercâmbio comercial com o Brasil e à relação inter-regional. Nesta última deve-se ter em mente duas características do setor empresarial de Misiones: a confluência de vultosos capitais nacionais e estrangeiros e o fato de o primeiro ser resultado do reinvestimento de recursos originários de atividades fundamentais da região central (do setor rural, do comércio e do setor financeiro). A vinculação desta região com Misiones deu lugar a um acordo informal de interesses que nem sempre podiam ser atuantes devido às flutuações da economia internacional (reorganizadoras das alianças internas) e aos conflitos entre os diferentes grupos da própria região central⁽²³⁾.

Durante a década de 30 o comportamento do Estado com relação à produção

(22) Do ponto de vista dos importadores argentinos, apesar destes terem se desenvolvido com base na importação da erva cancheada brasileira, supõe-se que suas pressões para com o governo diminuam na medida em que sua atividade perdia rentabilidade. Devido a isto é provável que os mesmos tenham desviado parte de seus capitais para outras atividades como a importação de mate "forte" ou outros produtos brasileiros.

(23) O representante típico de duplos interesses é Rafael Herrera Vegas (Ministro da Fazenda de Alvear), um dos maiores plantadores de ervais e proprietário de mais de 110.000 hectares na província de Buenos Aires (1928).

ervateira sofreu modificações pelos motivos já expostos e que se traduziram na alternância de políticas protecionistas e de livre importação. Ao avanço registrado no período Uruburu sobre os interesses do comércio com o Brasil os empresários agroindustriais tiveram que contrapor o êxito dos grupos filiados à Câmara de Comércio Argentino-Brasileira durante boa parte do governo do Presidente Justo. Seus ministros Duhan e Pinedo já haviam tido oportunidade de criticar duramente a "indústria parasitária de Misiones" em 1932 e atuaram de forma coerente ao manter vínculo prioritário com o Brasil. O presidente Justo era de opinião que

"Se queremos vender, não podemos deixar de ser compradores daquilo que pode ser adquirido com alguma vantagem" (ANALES DE LA UIA, 1933, p. 36).

O desejo do Estado na defesa dos interesses da região central foi resumido claramente pelo Ministro da Agricultura (também presidente da CRYM) ao sustentar que

"o interesse local de uma determinada produção não pode ser um obstáculo aos grandes interesses do país. Deve-se considerar os interesses regionais junto com os gerais, com o cuidado de que ao proteger os regionais, não se comprometam os gerais" (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 1938, tomo II).

Apesar destes fatos, não se pode deduzir que o comportamento desses governos seja um simples reflexo dos assuntos "prioritários" da região da pampa húmida, já que sob esse ponto de vista não seria possível entender as razões da política de compensação para o nordeste argentino e a tão empenhada procura de equilíbrio⁽²⁴⁾. Talvez seja necessária uma rein-

(24) O "equilíbrio" como objetivo era um conceito comum a nível de discurso, e o

terpretação do conceito geral de "intervenção econômica" nos anos 30, visto que esta poderá esclarecer diversos aspectos das relações entre o Estado e os diferentes grupos dentro da classe empresarial argentina.

De um lado, tem-se a nova dimensão da intervenção, como sendo um aumento do poder de iniciativa do Estado, o que lhe permitiu estruturar uma área de atividade aparentemente autônoma (MURMIS & PORTATIERO, 1974, p. 43). De outro, a concentração dos direitos de regulamentação e poderes de decisão, resultante do estabelecimento de diversas juntas e comissões para as reformas impositiva e financeira, pode ser considerado como um poderoso mecanismo de centralização, através do qual a "ajuda" econômica à maioria das atividades produtivas regionais redundaria em seu virtual controle pelo governo central. Estas características do intervencionismo estão intimamente ligadas ao caso de Misiones através do papel político representado pelos grandes empresários do setor de erva-mate.

Embora os produtores de mate não tenham chegado a constituir uma "burguesia provincial", arraigada regionalmente (a exemplo da cuyana ou tucumana), é possível indentificá-los como grupo hegemônico pela sua capacidade de controle social e inexistência de outra fonte de poder local⁽²⁵⁾. Seguindo esta linha de raciocínio e considerando a possibilidade de existirem alianças políticas a nível nacional,

... Presidente Justo se expressava da seguinte forma sobre as indústrias nacionais: "o problema deste difícil aspecto do governo, principalmente em momentos de distúrbios na economia universal, está em encontrar o equilíbrio necessário, a forma exata." (ANALES DE LA UIA, 1933, p. 36).

(25) Sua influência sobre grande parte do território de Misiones vinha do controle que exercia sobre uma significativa quantidade de colônias que se desenvolveram em terras de sua propriedade (as quais logo deram origem a povoados importantes).

este setor (ligado à região central) deve ter sido o representante do território de Misiones. Segundo esta linha de raciocínio, levanta-se a hipótese de que havia intenção por parte do Estado de não romper com essas bases políticas, fato que ocorreria caso apoiasse exclusivamente os interesses comerciais com o Brasil. Uma tendência particularista acentuada teria oferecido perigo à imagem de neutralidade do governo e conseqüentemente à sua capacidade de mediar a aliança entre os interesses capitalistas dos diversos grupos que se formaram nos anos 30.

A estável articulação do setor ervateiro com essa aliança nacional teria sua origem na cessão de parte do poder de centralização e controle do Estado sobre a economia de Misiones e isto foi provavelmente um mecanismo de "compensação" dos prejuízos gerados pela defesa do intercâmbio entre os dois países e também um destacado fator de equilíbrio.

Os grandes plantadores e moleiros ocuparam os principais postos na CRYM a partir de 1936. Como diretores, figuraram: Pablo Allain (pelos produtores não associados, administrador dos ervais de Otto Bemberg — mais de 1.000 ha. e um moinho — tendo exercido o mesmo cargo em Martin & Cia — mais de 1.000 ha. e dois moinhos); Dr. Nicolás Avellaneda (pelos grandes plantadores associados); Andrés Bugnioni (pelos plantadores, autorizado pelas cooperativas, apesar de não ser seu representante formal); Andrés Blanco (moleiro); Ángel Nuñez (importante plantador-moleiro de Pedro Nuñez & Cia, mais de 1.000 ha.); Ernesto Daumas (membro da diretoria de Martin & Cia de Rosario, mais de 1.000 ha. e moinhos); Roberto Fernández Beyró (pelos beneficiadores) e José Bogliolo (pelos consumidores)⁽²⁶⁾. Os pequenos plantadores e co-

(26) CRYM. *Memória 1936-8 e Anuários das relações de sociedades anônimas*, vários anos. Na direção da CRYM constavam também cinco funcionários, entre eles o governador de Misiones.

lonos praticamente ficaram sem representação, apesar de explorarem a maior parte dos ervais. Dado o rápido processo de concentração econômica que se delineava na região e na tentativa de conter o poder dos grandes empresários agrupados na CRYM, estes setores marginalizados decidiram estimular o cooperativismo, que cresceu significativamente.

É possível que este difícil processo de ajuste misionero-pampeano possa inserir-se em um contexto mais amplo. À medida que as repercussões da evolução econômica internacional se traduziam, no crescimento da indústria argentina, a capacidade política do Estado foi se reformulando. F. Pinedo e o seu "Plano de Reactivación Económica" apoiava o avanço dos interesses da produção nacional em 1940, mudando suas convicções liberais sobre as "indústrias ineficientes" e as "vantagens comparadas"

Finalmente, a intenção do Estado de não se privar do apoio de um poderoso setor empresarial (pela sua importância regional e volume de seus negócios) somada à necessidade de assegurar sua legitimidade como órgão formalmente autônomo se uniram a um terceiro propósito: reformular as bases de integração da economia de Misiones em função da região polarizada pampeana. A CRYM, em conjunto com os objetivos do governo local, desenvolveu linhas de crédito e subsídios paralelamente à contenção da produção. Foi a partir do controle quase total de sua economia, na base dos interesses do seu setor empresarial e da concordância com os requisitos do mercado interno, cujo núcleo era a região central, que a estabilização do funcionamento do território periférico do nordeste da Argentina foi conseguida.

Referências Bibliográficas

- ALEJANDRO, Carlos Díaz. *Ensayos sobre la historia económica argentina*. Buenos Aires, Amorrortu, 1975.
- ANALES DE LA UIA. (773), maio de 1933.
- ANUARIOS DE COMERCIO EXTERIOR DE LA REPUBLICA ARGENTINA, 1920-1924.
- ANUÁRIOS DAS GUIAS DE SOCIEDADES ANÔNIMAS, 1920-1933.
- BALÁN, J. Una cuestión regional en la Argentina: burguesías provinciales y el mercado nacional en el desarrollo agroexportador. *Desarrollo Económico* (69), abr.-jun. 1978.
- BARTOLOMÉ, Leopoldo. *Sistemas de actividad y estrategias adaptativas en la articulación regional y nacional de colonias agrícolas. El caso de la colonia Apóstoles*. s.d., mimeo.
- BILLARD, J. *Economía de la industria yerbatera argentina*. Buenos Aires, 1946.
- BOLETÍN DE LA CÁMARA DE COMERCIO ARGENTINO-BRASILEÑA, ano XV, n.º 169, jan. 1930, 17
- BRODERSOHN, V. & SLUTZKY D. Dependencia interna y desarrollo: el caso del Chaco. *Desarrollo Económico* (70), jul-set. 1978.
- CÁMARA DOS DEPUTADOS. *Diario de Sesiones*, 1938, tomo II.
- CONGRESO NACIONAL. *Diarios de sesiones de la cámara de diputados*, 1932.
- CRYM. Comisión Regladora de la Yerba Mate. *Memórias*. Buenos Aires, 1936-1948.
- DAUMAS, E. El problema de la yerba mate. *Revista de Economía Argentina*, 1930.

- FERNÁNDEZ RAMOS, Raimundo. *Misiones. A través del primer cincuentenario de su federalización. 1881-1931*. Posadas, 1934.
- FERRUCCI, J. Los submodelos regionales liberal y estructuralista y sua implicancia para los países de América Latina. *Desarrollo Económico* (69), abr-jun. 1978.
- GELLER, L. El crecimiento industrial argentino hasta 1914 y la teoría del bien primario exportable. In: ZAPIOLA, M. Gimenez (comp.) *El Régimen oligárquico. Materiales para el estudio de la realidad argentina hasta 1930*. Buenos Aires, Amorrortu, 1975.
- GIROLA, Carlos. *Plantaciones de yerba mate en Misiones. Primeira encuesta, 1919-1920*. Museo Agrícola de la Sociedad Rural Argentina, 20. Buenos Aires, 1920.
- *Cultivo de la yerba mate en Argentina: estadística de las plantaciones. Informaciones de los plantadores. Segunda encuesta*. Museo Agrícola de la Sociedad Rural Argentina, 27. Buenos Aires, 1922.
- LASCANO, L. Alen. *Imperialismo y comercio libre*. Buenos Aires, Peña Lillo, 1963.
- LECHNER, N. Epílogo. In: *Estado y política en América Latina*. México, Siglo XXI, 1981.
- LINHARES, Temístocles. *História Econômica do Mate*. Rio de Janeiro, 1969.
- MALGESINI, G. & ALVAREZ, N. *Cereales y combustibles. Problemas de la economía argentina durante la segunda guerra mundial*. Buenos Aires, 1982.
- MINISTERIO DE RELACIONES EXTERIORES DE LA R. ARGENTINA. *Instrumentos internacionales de carácter bilateral suscriptos por la R. Argentina*. Buenos Aires, 1950, tomo I.
- MINISTÉRIO DE RELAÇÕES EXTERIORES DO BRASIL. *Relação das condições geográficas, econômicas e sociais*. Rio de Janeiro, 1940.
- MORGAN, D. *Los traficantes de granos*. Buenos Aires, Crea, 1982.
- MURMIS, M. & PORTANTIERO, J. C. *Estudios sobre los orígenes del Peronismo/1*. Buenos Aires, Siglo XXI, 1974.
- O' CONNELL, Arturo. La Argentina en la depresión: los problemas de una economía abierta. *Desarrollo Económico* (92), jan.-mar. 1984.
- PASTORE, Lorenzo Dagnino. *Divergências en las estadísticas del comercio argentino-brasileño*. Buenos Aires, 1959.
- PASTORIZA, Luis. *Conferencia sobre explotación de yerbales*. Montevideo, 1921.
- PERROUX, F. *La economía del siglo XX*. Barcelona, Ariel, 1964.
- ROFMAN, A. *Desigualdades regionales y concentración económica*. Buenos Aires, SIAP, 1974.
- ROSA, J.M. *Defensa y pérdida de nuestra independencia económica*. Buenos Aires, Huemul, 1967.
- UNBA/FCE. Instituto de la producción. *Tratados de comercios en la R. Argentina*. Buenos Aires, 1945.
- ZAPIOLA, M. Gimenez. El interior argentino y el "desarrollo hacia afuera": el caso de Tucumán. In: ——— *El régimen oligárquico. Materiales para el estudio de la realidad argentina hasta 1930*. Buenos Aires, Amorrortu, 1975.